

## **NEVES, Graciano dos Santos**

\*junta gov. ES 1891-1892; pres. ES 1896-1897; dep. fed. ES 1906-1908.

*Graciano dos Santos Neves* nasceu em São Mateus (ES) no dia 12 de julho de 1868, filho de Graciano dos Santos Neves e de Constância Gomes da Cunha Santos Neves. Pertencia a importante família de São Mateus, formada por baianos que se radicaram naquela cidade e se uniram por numerosos casamentos à oligarquia local. Sua mãe era irmã do barão de Aimorés, e seu pai, nascido na Bahia, foi deputado provincial.

Fez os estudos preparatórios no Rio de Janeiro e ingressou na Escola Politécnica, porém não concluiu o curso de engenheiro, passando à Faculdade de Medicina, na qual se formou em 30 de dezembro de 1889. Logo retornou ao Espírito Santo, onde se envolveu na política, atuando a favor do novo regime e do governador nomeado para o estado, Afonso Cláudio. Em São Mateus, fundou um jornal, *Norte do Espírito Santo*, alinhado com o Partido Republicano Construtor (PRC), e fez oposição aguerrida ao governo do marechal Deodoro da Fonseca, após ter este deposto o governador do Espírito Santo Henrique Coutinho, membro do seu partido. Combateu duramente o golpe desfechado por Deodoro em 3 de novembro de 1891, dissolvendo o Congresso Nacional, e por conta disso o presidente estadual Alfeu Adolfo Monjardim de Andrade, o barão de Monjardim – a quem também combatia – chegou a ordenar sua prisão. Antes que esta se concretizasse, porém, tanto o governo federal quanto o governo estadual chegaram ao fim.

Deodoro renunciou em 23 de novembro de 1891, e no mesmo dia o vice-presidente Floriano Peixoto assumiu a presidência. Iniciaram-se então nos estados, com o apoio do novo presidente e da facção militar a ele aliada, rebeliões contra os governantes ligados a Deodoro. No Espírito Santo o movimento rebelde foi comandado politicamente pelo PRC, com a participação das forças do Exército sediadas no estado, e depôs o vice-governador, Antônio Gomes Aguirre, que substituíra o barão de Monjardim. Em 9 de dezembro foi instalada uma junta governativa, e Graciano, credenciado por sua atuação anterior, foi escolhido como um de seus membros, ao lado do comandante do 32º Batalhão de

Infantaria, o coronel Inácio Henrique de Gouveia, e de Galdino Lins de Barros Loreto, apoiado por políticos federais.

A junta governativa dissolveu a Assembleia, adotou como Constituição provisória o projeto elaborado no governo de Afonso Cláudio, já utilizado nos governos anteriores do PRC, e convocou eleições para uma nova Constituinte estadual. Esta foi instalada a 9 de abril de 1892, e a 2 de maio elegeu José de Melo Carvalho Muniz Freire, então deputado federal, para a presidência do estado, e Graciano Neves para a primeira vice-presidência. Nessa condição, Graciano assumiu o governo entre 2 de agosto e 5 de outubro do mesmo ano, por motivo de licença do presidente. Ao final de um governo exitoso, Muniz Freire escolheu pessoalmente Graciano como candidato à sua sucessão. Eleito, contra o candidato da oposição, senador Domingos Vicente, dissidente do PRC, Graciano tomou posse a 23 de maio de 1896.

Após um período de prosperidade no Espírito Santo, graças aos bons preços e à expansão da produção do café, cujo auge se deu no governo de Muniz Freire, o mandato de Graciano começou no início da crise daquele produto, que criou sérios problemas para a economia brasileira e a capixaba, baseadas na monocultura cafeeira. A crise provocou a desvalorização da moeda nacional, dificultando o pagamento da dívida externa que o estado havia contraído para financiar seu plano ferroviário, e a queda da receita estadual, sustentada pelo imposto de exportação sobre o café. Graciano teve que reduzir os gastos do estado, paralisando obras em Vitória e interrompendo o contrato para a introdução de imigrantes; manteve, porém, a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Essa política de restrição de gastos públicos e a recusa do presidente em tomar diversas medidas solicitadas pelo diretório de seu partido, do qual ele não participava, levaram a um conflito que se agravou rapidamente, facilitado pela ausência de seu principal aliado, Muniz Freire, que se encontrava na França em comissão do governo.

Simultaneamente, a divisão instalada na política federal, com a formação de uma forte e violenta oposição ao governo de Prudente de Moraes (1894-1898), atingiu o estado, mantendo um clima de alta tensão política. A oposição estadual uniu-se à federal e criou

uma seção regional do Partido Republicano Federal (PRF), ligada à ala florianista e aos jacobinos que combatiam Prudente. Quando este se licenciou, por motivo de doença, o vice-presidente da República, Manuel Vitorino, da oposição, passou a substituir os chefes das repartições federais no Espírito Santo (como a Capitania dos Portos) por partidários da oposição. Fortalecidos e comandados pelo deputado federal Torquato Moreira, presidente do PRF local, esses oposicionistas acirraram o combate ao governo estadual. Graciano, que até então era respeitado por sua cultura e integridade de caráter, passou a ser combatido ferozmente. Não tinha gosto pelo exercício do poder e da administração pública e, diante da pressão ao mesmo tempo interna ao partido e externa, licenciou-se do cargo a 22 de agosto de 1897 e não reassumiu o governo, apresentando sua renúncia em setembro seguinte. Substituiu-o o vice-presidente Constante Gomes Sodré. Retomou então a clínica médica, desempenhou várias comissões públicas nessa área, e foi professor da Escola Normal, recém-criada no estado.

Em 1906, após o rompimento entre Muniz Freire e o presidente Henrique Coutinho ocorrido no ano anterior, que dividiu o PRC e a política do estado, Graciano apoiou Muniz e fez parte da chapa dissidente apresentada e encabeçada por esse último nas eleições para Congresso Nacional, como candidato a deputado federal. Embora a chapa tenha sido derrotada na eleição estadual, foi reconhecida pela Comissão de Verificação do Congresso, e Graciano exerceu o mandato de deputado federal de 1906 a 1908.

Em 1908, Jerônimo Monteiro foi eleito presidente do estado e, poucos meses depois, conseguiu reunir quase todas as forças políticas capixabas para a criação de uma nova agremiação, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), presidido por ele, em substituição ao PRC, que foi extinto. Poucos políticos permaneceram na oposição, mas entre eles estava Graciano Neves, que não deu trégua a Jerônimo na Câmara de Deputados. Terminado seu mandato, não tinha condições de se reeleger, mas apresentou-se como candidato avulso e foi o primeiro mais votado abaixo da chapa oficial. Como um dos membros dessa chapa, Galdino Loreto, faleceu antes do início da legislatura, Graciano tentou se fazer reconhecer em seu lugar, mas não conseguiu vencer a força dos aliados de

Jerônimo Monteiro, entre os quais Torquato Moreira, que foi eleito segundo vice-presidente da Câmara.

Graciano permaneceu no Rio de Janeiro, onde foi técnico do Jardim Botânico, tendo ocupado sua direção interinamente. Por concurso de 1913 ocupou o cargo de professor da Escola Superior de Agricultura, lecionando as disciplinas de botânica, morfologia e fisiologia vegetal. Casou-se com Áurea Santos Neves e faleceu naquela cidade a 21 de abril de 1922.

Publicou *Doutrina do engrossamento* (1901 [primeira edição, com pseudônimo], 1935, 1980 e 1999), uma série de artigos com o título de “Meia ciência” no jornal *O Estado do Espírito Santo*, e foi colaborador dos periódicos *A Imprensa*, *O País* e *Jornal do Brasil* (com o pseudônimo de Brasília Machado).

*Nara Saletto/Fernando Achiamé*

FONTES: *Comércio do Espírito Santo* (1896-1897); *Estado do Espírito Santo* (1891-1896); *Jornal Oficial* (1906); NOVAES, H. *Memórias*; NOVAES, M. *História*; PEREIRA, A. *Homens*.